

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.681.751 - MG (2017/0154001-9)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : EDUARDO ZAULI GOMES**  
**EMBARGANTE : RICARDO GOMES FILHO**  
**ADVOGADO : RENATO MORAES BICALHO DE LANA - MG050200**  
**EMBARGADO : PEDRO JARDIM GASPARINI**  
**EMBARGADO : NINA JARDIM GASPARINI**  
**ADVOGADO : RICARDO SOSTENES COUTINHO PEITO - MG061422**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Embargos de terceiro opostos em virtude de anterior ação de execução ajuizada em desfavor de empresa da qual o pai dos embargantes era sócio.
2. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por EDUARDO ZAULI GOMES e RICARDO GOMES FILHO, contra decisão unipessoal que não conheceu do recurso especial que interpusera. O acórdão foi assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Embargos de terceiro opostos em virtude de anterior ação de execução ajuizada em desfavor de empresa da qual o pai dos embargantes era sócio.

2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento

do recurso especial.

4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários (e-STJ fl. 537).

Em suas razões recursais, os embargantes apontam a ausência de fundamentação da decisão embargada, tendo em vista não ter havido a contextualização das matérias trazidas à apreciação. Asseveram, ainda, que a decisão embargada é contraditória, tendo em vista o prequestionamento expresso dos dispositivos legais tidos por violados e, ainda, a conclusão diversa entre dois juízos de admissibilidade. Por fim, reiteram a violação do art. 674, III, do CPC/2015.

Relatado o processo, decide-se.

**- Julgamento: CPC/2015**

Com efeito, as questões suscitadas pelos embargantes não constituem ponto omissos, contraditórios ou obscuros do julgado, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados pela decisão recorrida.

Primeiramente, não há que se falar em ausência de fundamentação da decisão embargada quando esta deixou expressamente consignado que o não conhecimento do recurso especial deu-se devido: *i*) à impossibilidade de alegação de violação de súmula em sede de recurso especial; *ii*) à incidência da Súmula 284/STF quanto à alegada violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; *iii*) à incidência da Súmula 211/STJ; e *iv*) à ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

No mais, ressalte-se que não há qualquer contradição quanto à aplicação da Súmula 211/STJ, tendo em vista que os dispositivos legais tidos por violados não foram, de fato, prequestionados pelo Tribunal de origem, não

obstante a oposição de embargos de declaração.

Tampouco há que se falar em qualquer contradição quanto à admissibilidade do recurso, pois, como se sabe, a admissão do recurso na origem não vincula o juízo de admissibilidade feito por esta Corte Superior.

Por fim, tem-se que os embargantes reiteram a violação do art. 674, III, do CPC/2015, dispositivo legal que, como anteriormente salientado, sequer foi prequestionado pelo TJ/MG.

Assim, dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora